

A Administração Pública Municipal de Aracruz e a Segurança Pública: Diagnósticos e Propostas

Autoria: Marcos Daniel Balan, Elisabete Corcetti, Simone de Souza

Resumo

Este artigo apresenta a evolução da violência no município de Aracruz (ES), seu impacto sobre a sociedade e a necessidade de efetivas políticas públicas para o tratamento desse fenômeno. Ele analisa ações preventivas de segurança realizadas pela gestão pública municipal, avaliando seu papel e desempenho na segurança pública. Tendo como base o diagnóstico, o referencial teórico e as experiências de outras gestões municipais, propõe medidas preventivas de segurança na esfera legal de atribuição do município. Foi diagnosticado que o município tem se preocupado com a segurança pública, porém tem falhado em algumas ações, sobretudo nas ações preventivas sociais e estruturais.

Introdução

Falar de problemas sociais em uma realidade brasileira é quase um clichê, mas sem dúvida poucos problemas conseguem mobilizar tanto a opinião pública quanto o fenômeno da criminalidade e da violência. A explicação desta mobilização pública parece ser tão simples quanto inquietante, haja vista ser um problema que tem a trágica capacidade de afetar toda a população, independente de classe, raça, religião, sexo ou estado civil. Em uma visão simplista de segurança pública, reflexo de cenários históricos do Brasil, este tema tem sido relegado na prática à reponsabilidade dos governos estaduais, haja vista possuírem sobre seu domínio as duas principais forças policiais: a Polícia Militar e a Polícia Civil. Dentro desta percepção, também se pode afirmar que historicamente no Brasil, o tratamento do crime e da violência tem sido considerado um problema da polícia, sendo o remédio para estes a adoção de medidas repressivas (blitz, prisões, abordagens, operações de combate, eliminação do inimigo, construção de cadeias, outros). Na prática vemos, no entanto, como é injusta esta equivocada responsabilização, pois a origem da violência nada tem a ver com a polícia, mas sim com uma complexa rede de profundos problemas sociais, estruturais e políticos, em um determinado território (Ministério da Justiça, 2005).

Diante deste panorama de ineficácia do Estado no esforço de tratamento do crime e da violência, tem emergido nos últimos dez anos inúmeros estudos e pesquisas científicas em defesa da inserção de um novo e fundamental ator nesta lida: o município. A razão tem se mostrado bastante óbvia, pois considerando que cada cidade possui uma identidade própria e considerando que o fenômeno do crime e da violência ocorre nesta mesma cidade com características absolutamente próprias, ninguém melhor que esta sociedade local para conhecer seus problemas e as possíveis vias de solução. Embora a força policial constitucionalmente ainda caiba aos governos estaduais, tem se traçado ações nacionais de descentralização da segurança aos municípios, os quais adquirem agora um papel fundamental, sobretudo nas ações chamadas “preventivas”, ou seja, com ações pontuais junto aos locais de risco e grupos de risco, por intermédio de políticas públicas com foco no social. Esta visão descentralizada com foco na prevenção tem se mostrado muito mais eficaz e economicamente viável do que as ações derivadas da repressão, permitindo resultados mais sólidos e duradouros (Ministério da Justiça, 2005).

Integralmente dentro deste contexto, temos o município de Aracruz-ES, uma cidade em plena efervescência, seja pelo notável investimento econômico que tem transformado a cidade nos últimos anos, seja pelo crescimento populacional assustador, que tem trazido uma perceptível carga de problemas sociais, estruturais e políticos. Dentre eles, sem dúvida, o crime e a violência em Aracruz-ES é um dos aspectos mais preocupantes e prementes de políticas públicas, fato confirmado nos meios jornalísticos, na sensação de segurança da sociedade local, nos números da Secretaria Estadual de Segurança Pública e na experiência das autoridades policiais.

Desta forma, este tem como objetivo verificar que ações a gestão pública municipal de Aracruz-ES vem desenvolvendo na área de segurança pública local para reduzir a violência e a criminalidade. Conforme pesquisas realizadas por Wailselfisz (2011), no livro Mapa da Violência 2011, do Ministério da Justiça em parceria com o Instituto Sangari, mais de 500 mil pessoas morreram por morte violenta no Brasil entre 1998 e 2008, isto equivaleria à extinção de toda a população de Vila Velha-ES em apenas 10 anos, número apenas superado a repugnantes genocídios cometidos em algumas guerras na história da humanidade. Neste triste contexto dos homicídios, na última década o Brasil sempre ocupou as primeiras colocações no ranking mundial, ocupando na última pesquisa a incômoda 6ª colocação mundial, com uma taxa de 26,4 por 100 mil habitantes, ou seja, 50.113 pessoas mortas em 2008. Se o cenário for trazido para o âmbito estadual, um dos protagonistas negativos é o Estado do Espírito Santo, que há mais de dez anos persiste entre as primeiras colocações na

taxa de homicídios brasileira, sendo o 2º colocado no último estudo de Wailselfisz (2011), com uma taxa de 56,4 por 100 mil habitantes (o dobro da taxa brasileira!), ou seja, 1.948 pessoas mortas em 2008. Por fim, dentro do foco deste trabalho, temos o município de Aracruz, que segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (2011), na última década o município deixou o status de uma cidade normal para hoje ocupar a 9ª colocação no rol dos municípios mais violentos do Espírito Santo, com 27 homicídios até julho de 2011.



Figura 1. Paralelo entre o ranking de homicídios

Fonte: Criado pelo autor

Este panorama parece ser mais preocupante quando se percebe que Aracruz saltou de 36 mil habitantes, na década de 1980, para mais de 80 mil na primeira década deste milênio – crescimento muito maior que a média estadual - motivada pela impressionante aceleração da economia verificada nos últimos anos, colocando o município de Aracruz como o quinto PIB do Espírito Santo (Instituto Jones dos Santos Neves, 2011).

A esperança de emprego tem trazido famílias de várias partes do estado e do Brasil, tornando o município um grande “mix” cultural. O problema é que devido à desqualificação profissional e a temporariedade da vaga de trabalho, a maioria a maioria dessas pessoas não consegue espaço sólido no mercado, ficando expostas à pobreza, à desigualdade social e à violência. A administração local, por sua vez, parece não estar preparada para lidar com os problemas deste crescimento. O prognóstico para o futuro é ainda mais preocupante, haja vista a expectativa de investimentos da iniciativa privada em torno de R\$3 bilhões e a previsão de abertura de 15.000 (quinze mil) vagas de trabalho nos próximos anos (Instituto Jones dos Santos Neves, 2011). Portanto, esse estudo irá possibilitar um diagnóstico do problema, sugerindo possibilidades de solução. Lembramos que não há a pretensão de se esgotar o tema, haja vista a complexidade deste fenômeno social e também o reconhecimento de que no Brasil ainda estamos engatinhando neste vasto mundo da violência. O resultado dessa pesquisa também possibilitará apoio aos futuros estudos que forem realizados na mesma área ou temática.

Violência

A violência constitui-se um fenômeno social cuja origem emerge desde os primórdios da humanidade, na formação das primeiras sociedades. Mesmo com o passar dos séculos e séculos da história, nunca deixou de estar presente, sendo por numerosas vezes a motivadora de radicais mudanças no rumo das civilizações. Historicamente ela esteve ligada às lutas ideológicas de defesa da pátria, da expansão territorial, do imperialismo e autoritarismo, mas também em outras épocas contra a subversão, contra os sistemas totalitários, lutando em favor da liberdade, dos direitos e da democracia. Tais movimentos imortalizaram líderes pelo mundo afora, tornando-os muitas vezes símbolos patrióticos de toda uma nação. Conforme

afirma Wieviorka (1997), com o passar da história este modelo de violência se transformou, não podendo mais ser considerado uma luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém como atores uma relação de dominação, e sim a não relação social, tal como a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial. Essa mudança histórica do foco da violência trouxe a necessidade de uma mudança conceitual.

Chauí (1999) a define como um fenômeno multifacetado. Seria tudo que vale da força para ir contra a natureza de um autor social, ou seja, contra sua espontaneidade, a vontade, a liberdade e todo ato de transgressão contra o que a sociedade considera justo e direito. Santos (1986), por intermédio do conceito de Durkheim, define violência como um estado de fratura nas relações de solidariedade social e em relação às normas sociais e jurídicas vigentes em dada sociedade.

Segundo estudiosos, a violência pode ser física ou simbólica. A modalidade “física, chamada por Chesnais (1981) como “violência dura”, ocorre quando um indivíduo ou grupo intervêm contra a integridade de outro indivíduo ou grupo e até contra si mesmo (Ex.: homicídio, sequestro, agressão, roubo, tortura e outros). Por outro lado é considerada “simbólica” quando se refere ao abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade, como a violência verbal, a violência institucional, a marginalização, a discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por diversas instituições que instrumentalizam estratégias de poder (Abramovay, 2003).

Como fenômeno social que depende da relação entre homens para existir, a violência pode ser caracterizada em níveis de intensidade e formas de crimes que a sociedade repudia. Quando estes níveis são atingidos, o crime passa a ser uma patologia na sociedade, levando o consciente coletivo a não mais suportá-lo (Fernandes & Fernandes, 2002). Segundo Adorno (1998), quando foca-se a evolução histórica da violência no Brasil, o período crítico do aumento da violência no Brasil ocorreu a partir da década de 1980, sobretudo dos crimes violentos, período que coincide com o processo de democratização brasileira. Nessa mesma década, enquanto o número total de óbitos cresceu 20%, os óbitos causados por mortes violentas cresceram 60%. Incrementando tal cenário, conforme estudo promovido pelo Ministério da Justiça no “Mapa da Violência 2011 – Os Jovens do Brasil”, Júlio Jacobo Waiselfisz (2011) afirma que entre 1998 e 2008 os homicídios tiveram um crescimento de 17,8%.

Esta sensação de “não mais suportar a violência” torna-se evidente ao passo que a crescente escalada da violência no Brasil é real e hoje representa um dos maiores problemas e desafios sociais que se tem enfrentado, sobretudo nas áreas urbanas, onde todas as faixas societárias têm sido atingidas (Waiselfisz, 2011). Há uma sensação generalizada de que, em curto período de tempo, o número de crimes cresceu, assim como a violência com que eles são praticados, pairando um sentimento de medo e insegurança na população. Porém, a criminalidade cresceu e mudou de padrão. A sensação da população é que os bandidos tornaram-se mais violentos e cruéis. Em lugar do assaltante “soturno” e solitário, maneiroso, hábil no manejo das mãos e das palavras, que pulava de telhado em telhado, que jamais apelava para a violência gratuita e, quando surpreendido pela autoridade policial, negociava sua prisão, emergem hoje figuras e cenários distintos. O “bandidão” vem substituí-lo. Nascido nas periferias das grandes cidades, ele envolve-se desde cedo com a delinquência, aprende com destreza o manejo de armas de fogo, impõe pela força sua vontade e caprichos pessoais, estabelece o “negócio” – em geral, às voltas do tráfico de drogas – arregimentando outros pares, inclusive mulheres e crianças. Ele não economiza energia de suas potentes metralhadoras quando se trata de defender seu negócio. Quanto aos alvos, não há mais vítimas preferenciais, independente da condição, gênero, idade, naturalidade, etnia, formação escolar ou profissional, qualquer cidadão pode ser alvo de agressão criminal violenta, qualquer um é passível de ter seu bem mais valioso – a vida – arrancada (Adorno, 1998).

O Brasil convive há séculos com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de parte significativa de sua população. Todos têm direito à segurança. A ausência dessa condição impede a expansão de oportunidades, o direito às escolhas e ultimamente à vida. O desenvolvimento humano tem como fundamento a remoção dos obstáculos que restringem as escolhas dos indivíduos.

Segurança Pública e Participação Municipal

Embora a constituição atribua a responsabilidade pela Segurança Pública aos governos estaduais, são os municípios que convivem com a violência cotidiana. O Brasil tem experimentado problemas crescentes quanto à segurança pública, mas eles não são os mesmos em todas as regiões, pelo contrário, observa-se o surgimento de tendências diversas na evolução do crime e da violência em cada região. Pode-se afirmar que, a par das semelhanças e dos problemas comuns, cada município possui seus próprios problemas, tendo assim uma melhor visualização da demanda e soluções para esses. Isto implica na necessidade de diagnósticos particulares capazes de identificar as características locais do crime e da violência, bem como os fatores de risco e causas que agenciam tais fenômenos. Isto significa também que não há receitas que sejam válidas para todas as situações e que possam substituir a elaboração concreta de políticas públicas em cada município (Ministério da Justiça, 2005).

Durante muito tempo uma visão simplificadora e equivocada sobre segurança pública permitiu que se firmasse o entendimento de que o tema na prática era responsabilidade dos Governos Estaduais, tudo porque os estados dirigem as duas principais estruturas de policiamento: a Polícia Militar e a Polícia Civil. Ocorre que, o conceito de segurança pública não pode ser reduzido ao serviço que as polícias podem prestar, é até injusto exigir delas que ofereçam as soluções para todos os problemas da violência e criminalidade, pois a maioria das causas deste fenômeno não possui qualquer ligação com a força policial, mas sim de uma conjuntura social, política e econômica. Não há qualquer possibilidade de se pensar segurança neste mundo moderno se continuar lidando isoladamente. Em detrimento das medidas repressivas da polícia, sabe-se que investimentos em prevenção são muito mais eficazes e permitem resultados muito mais sólidos. É dentro deste panorama que o município, em convênio com as esferas superiores, alcança um papel fundamental (Ministério da Justiça, 2005).

Coelho (2011), então Secretário Geral do Conselho Nacional das Guardas Municipais, em debate no Fórum de Segurança da SENASP, aponta que diante do fenômeno da violência e suas repercussões locais, iniciaram-se várias discussões sobre o papel dos municípios na Segurança Pública, trazendo-se a tona duas vertentes de pensamento: a municipalização e a descentralização da segurança. Quando se fala de “municipalização da segurança”, entendem-se ações que demandam uma mudança do texto constitucional, de forma a transferir aos municípios a responsabilidade pela segurança local por intermédio das polícias. Essa tese tem sido digna de muitas críticas, pois se pensarmos nos aproximadamente 5 mil municípios brasileiros, tão distintos entre si, e a maioria deles pobres, com duras dificuldades para a manutenção dos serviços públicos mais básicos, seria utópico imaginar que seriam capazes de estruturar toda a infraestrutura que uma polícia municipal de qualidade demandaria. Esta realidade brasileira inviabiliza a municipalização da segurança.

Em contrapartida, temos a “descentralização da segurança”, ação que dispensaria intervenção no texto constitucional, mas que concede, com apoio do governo federal e estadual, por intermédio de convênios e injeção de investimentos, ferramentas que ajudariam a cada município buscar soluções locais, sobretudo preventivas, para as demandas locais. Caberia às esferas estaduais e nacionais as atribuições de ações em demandas supra municipais.

Inúmeras políticas públicas locais são defendidas pelos estudiosos como possíveis ações de controle à violência e à criminalidade. São as principais: diagnóstico, pesquisa e

planejamento estratégico; mapa e geoprocessamento; reforma da administração para gestão em segurança; ampliação da participação da sociedade, como a criação dos Conselhos Municipais de Segurança; Guarda Municipal; Políticas públicas sociais, como educação e lazer; ações preventivas sobre os grupos de risco; controle da especulação imobiliária; estabelecimento de parceria com o governo federal, estadual, sociedade organizada e organizações afins; videomonitoramento.

Ações como criação da Guarda Municipal, videomonitoramento e geoprocessamento são financeiramente dispendiosas tornando-se um grande limitador para a maioria dos municípios brasileiros, carentes de arrecadação, porém este fator não os impede de agir preventivamente à violência (Ministério da Justiça, 2005). A solução para muitos especialistas no tema são ações de cunho social e estrutural do município, não necessitando de novos empreendimentos, mas incrementos em ações já desenvolvidas. Entram neste aspecto investimentos como: incremento das escolas como meio socializador; acesso ao lazer, sobretudo à juventude, por intermédio da criação de “escolinhas” e praças desportivas; acesso à cultura, como biblioteca municipal e teatro; urbanização responsável do município, com ênfase nas áreas menos privilegiadas, implementando calçamento, calçadas, saneamento, controle da ocupação do solo, praças, iluminação e outros, facilitando o acesso do estado e diminuindo a criação de pontos críticos para foco de violência; e diagnóstico local da violência, sobretudo dos grupos de risco e das áreas de risco (Rua, 2009).

Como base nas ações estruturais do município em detrimento da violência, tem-se a teoria “*Broken Windows Program*”, conhecida como “Teoria da Janela Quebrada”, criada por George Kelling (1989). Esta filosofia foi adotada com amplo sucesso por Rudolf W. Giuliani, prefeito de Nova York no final da década de 1980, onde impôs um choque de ordem nesta metrópole então violenta e desestruturada. Kelling and Wilson (1989) estabelece como crucial a recuperação e estruturação de áreas comuns, comunitárias, ou mesmo da comunidade em seu papel de assumir sua importância na recuperação social. A sua teoria parte do pressuposto que uma edificação bem cuidada inibe a ação de depredação, mas se permitirmos que uma janela, ao ser quebrada, ali permaneça, o consciente de abandono promoverá um sentimento de que as outras sejam também quebradas. Assim seria a gestão de um município em ações preventivas.

Os municípios cuidam do dia a dia do cidadão e operam com maior eficiência a integração do aparelho de segurança com a sociedade, com medidas diversas de gestão na resolução dos conflitos, cujo poder é maximizado junto à administração local (Coelho, 2011). Os municípios possuem um grande desafio: desenvolver projetos concretos de prevenção e alcançarem com eles, reduções significativas nas taxas de criminalidade. É perfeitamente possível alcançar estes resultados. A experiência internacional e alguns exemplos em nosso próprio país o demonstram suficientemente. Para isso é necessário trabalhar com seriedade e profissionalismo, articulando ações multidisciplinares com apoio de todos os interessados e com as entidades parceiras (Ministério da Justiça, 2005).

Metodologia da pesquisa

A natureza da pesquisa em questão, tomado como critério o problema e os objetivos, tem caráter descritivo, de forma direta pelo método indutivo, com coletas de dados qualitativos e quantitativos.

O tipo de pesquisa escolhido foi o estudo de caso. Yin (2001), o define como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando, os limites entre o fenômeno e o contexto não estão bem definidos.

Mesmo sendo um modelo criticado, este tem sido cada vez mais utilizado como uma ferramenta de pesquisa em várias áreas do conhecimento, inclusive na administração, contribuindo para a compreensão dos fenômenos sociais e organizacionais (Yin, 2001),

potencialmente mostrando ser um eficiente instrumento para o desenvolvimento desse trabalho, haja vista pretender avaliar a participação organizacional da administração pública local no tratamento do fenômeno crime e violência e sua relação com o ambiente social onde o problema se manifesta.

Os dados, informações e opiniões dessa pesquisa foram obtidos em fontes pessoais e impessoais. Em conformidade com os estudos de Yin (2001), as fontes pessoais de evidências foram trabalhadas por intermédio de questionário, entrevista semiestruturada e observação direta. As fontes impessoais consistiram na análise documental e registros em arquivo, como estatísticas da Polícia Militar, do Instituto Jones dos Santos Neves, relatórios de serviço, jornais, revistas periódicas, livros, informações em meios eletrônicos, legislação afim e outras fontes que surgiram no decorrer do trabalho. A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e agosto de 2011.

Por intermédio de um questionário objetivo, foram entrevistados cinquenta e dois populares, todos com residência em Aracruz por mais de cinco anos. O objetivo foi levantar quantitativamente uma amostra da percepção do cidadão aracruzenso quanto à sensação de segurança local e a determinação dos possíveis motivadores do crime e da violência em sua região, de forma a corroborar o problema e a justificativa deste estudo.

Tendo em vista a realização de uma análise mais qualitativa quanto à identificação de locais de risco, grupos de risco, motivadores, dinâmica do fenômeno e outras características pertinentes, foi realizada uma entrevista semiestruturada com dois profissionais da Polícia Militar, sendo um da área operacional e outro da área de trânsito, e uma entrevista com uma pedagoga da Secretaria Municipal de Educação, todos com larga experiência no município de Aracruz-ES.

Quanto à observação direta, considerando a experiência profissional do pesquisador na área de segurança pública, foi realizada visita no Batalhão da Polícia Militar com o objetivo de verificar a rotina operacional das guarnições policiais, vislumbrando o levantamento de informações reais e práticas da violência em Aracruz-ES. Também foi realizada análise do ambiente municipal (ruas, praças, logradouros públicos, áreas de risco, presença de grupo de risco e prefeitura) e órgãos afins, esperando a confirmação das informações qualitativas transmitidas em entrevista e quantitativas obtidas por documentos e questionário.

O levantamento quantitativo realizado por intermédio do questionário aplicado à população foi tratado por intermédio de tabulação simples em software estatístico, utilizando-se a média simples das respostas. Essa decisão foi baseada no fato do pequeno número de sujeitos previstos para a entrevista, o pequeno número de questões e proposições do questionário, e não obstante a simplicidade e objetividade das informações que se quer levantar, eliminando a necessidade de técnicas mais específicas de estatística e informatização.

Quanto ao tratamento qualitativo das entrevistas e relatórios de observação direta, foi utilizada a análise de conteúdo, descrita por Bardin (1977) como um conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, a sistematização e influência aplicada aos discursos diversos. Essa técnica visa à categorização, aproximação e comparação do objetivo (dados numéricos, estatísticas) com o subjetivo (sensação, experiência).

Diagnóstico do município de Aracruz-ES

Conforme proposto nos objetivos específicos desta pesquisa, torna-se de grande importância o conhecimento, por intermédio de diagnóstico, a identificação de como se encontra a cidade de Aracruz-ES diante dos aspectos municipais essenciais com poder de agir sobre o crime e a violência local, sejam de caráter motivador ou para prevenção desse fenômeno. Os aspectos motivadores do crime e da violência analisados foram:

- Aspectos econômicos e sociais do município;
- Aspectos geográficos do município;

- Infraestrutura municipal;
- Locais de risco;
- Grupos de risco;
- O trânsito em Aracruz-ES.

Contudo, existe um limite no alcance deste diagnóstico, ou seja, os aspectos abordados limitaram-se à análise das informações ligadas especificamente ao fenômeno do crime e da violência, transportadas à realidade do município de Aracruz-ES, tendo como base a doutrina dos estudiosos.

Economicamente falando, podemos popularizar dizendo que Aracruz-ES “vai muito bem, obrigado!”, seus índices são surpreendentes se comparados com os outros municípios do estado, e sendo uma cidade de médio porte, consegue se colocar no páreo com os grandes municípios estaduais. Informações do Instituto Jones dos Santos Neves (2011) e da prefeitura (2011) demonstram que hoje Aracruz-ES possui o 5º melhor PIB per capita do estado, avaliado em R\$32.317,00 (evolução de 50% se comparado com 1999, ou seja, em pouco mais de dez anos), perdendo apenas para Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica. É o 5º município mais beneficiado com os royalties do petróleo, com R\$11.466.857,18 em 2009. A Fíbria (antiga Aracruz Celulose), localizada na Barra do Riacho, é a 4ª maior exportadora do estado, com cifras de R\$ 821 milhões em 2009. A evolução do emprego é a maior do estado nos últimos anos, chegando a 14,59%. Todos estes números tornaram Aracruz como um dos mais promissores municípios entre os 78 do estado (Instituto Jones dos Santos Neves, 2011).

Se os números do “hoje” se mostram empolgantes, os números do “amanhã” parecem alucinantes. A localização privilegiada do município (no centro do Brasil e próximo dos principais centros econômicos nacionais), o completo complexo modal já existente (rodovia, ferrovia, hidrovia) e os incentivos fiscais promovidos pelo município e estado, possibilitaram a previsão concreta de estabelecimento de várias novas indústrias, algumas delas gigantes, como o Estaleiro Jurong, apontando astronômicos investimentos na casa de R\$3 bilhões nos próximos anos e um incremento de 15% na oferta de emprego (A Gazeta, 2011).

De outra forma, se a economia acelera a “todo vapor”, o desenvolvimento social parece não ter o mesmo sucesso. A prefeitura aponta (2011) que Aracruz caiu da 6ª para a 11ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano Médio. Há graves desigualdades de infraestrutura nas escolas, enquanto umas estão novas, outras estão em situação precária. A urbanização e infraestrutura básica são inadequadas à população atual e trágica às expectativas futuras. Teresa Pirchiner, membro do Conselho Municipal de Educação, com 30 anos de experiência na área da educação em Aracruz-ES, relata com imensa preocupação em sua entrevista:

Nestes dois últimos anos a administração tem feito muito pouco.[...] No que se refere à estrutura física das escolas, 90 por cento não estão em condições para serem credenciadas e autorizados seus referidos cursos, porem estão sendo usadas. [...] o cidadão não tem recebido o atendimento necessário como: educação, saúde, moradia e condições dignas de viver como ser humano [...] descaso das autoridades em ter uma política educativa voltada para tais questões. Inversão de papeis e funções, transferência para as escolas do papel social e não educacional. Política do assistencialismo que não resolve só atua paliativamente.

A conclusão dos motivadores desta situação, baseada nos relatos do estudo, pelos depoimentos da população, pelas fontes documentais e observação direta, demonstram uma impressionante convergência. A população de Aracruz saltou de 64.637 habitantes em 2000 para 80.864 em 2010, o crescimento local foi de 25,1%, enquanto o do estado foi de 9,5%. A notícia da excelente oferta de vagas de emprego e a fama de cidade próspera provocou uma “invasão” de novas famílias, geralmente carentes, principalmente dos municípios mais pobres do estado e até da Bahia e Minas Gerais. Esta migração fez com que Aracruz se tornasse

multicultural, são inúmeras as origens e sotaques, todos em busca de melhores oportunidades, como também são inúmeros os problemas advindos.

Tal como a negativa experiência de Macaé, no Rio de Janeiro, a consequência dessa conjuntura, ou seja, grande crescimento econômico, acentuado crescimento populacional, pessoas subempregadas (por falta de qualificação), ausência ou deficiência da presença do poder público e falta de planejamento municipal, tem gerado em Aracruz-ES bolsões de miséria (geralmente irregulares) e com eles conflitos, desigualdade, discriminação, doenças, famílias desestruturadas, prostituição, gravidez precoce, repetência, evasão escolar, perda da cidadania e tantas outras mazelas – e somando-se a todos estes fatores, o crime, a violência e o medo.

De acordo com os dados obtidos na Prefeitura Municipal de Aracruz-ES, pode se considerar que o município possui tamanho territorial médio, com uma mancha urbana de destaque na sede do município e pequenas manchas urbanas no interior do território, representadas pelos distritos (Guaraná, Jacupemba, Barra do Riacho e Santa Cruz) e vilarejos diversos. Entre as manchas urbanas, existem grandes vazios rurais compostos por plantações de eucalipto, reservas indígenas, reservas ambientais e áreas desmatadas para pasto ou outras funções rurais.

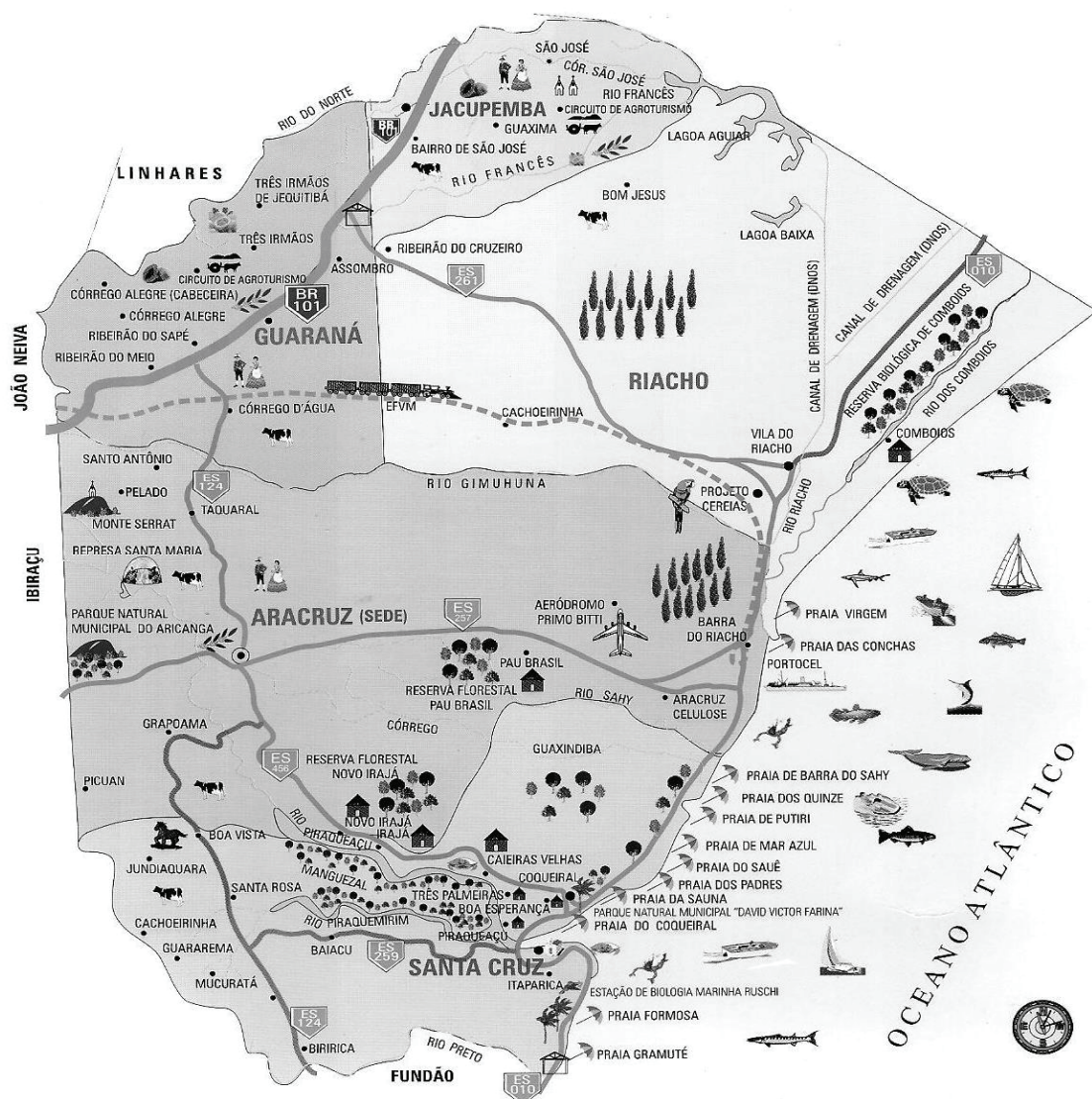


Figura 2. Mapa turístico de Aracruz

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo / Aracruz-ES

O mapa viário (Instituto Jones dos Santos Neves, 2011) destaca que a sede e os distritos de Aracruz são cortados por rodovias estaduais (ES-010, ES-124, ES-257, ES-261, ES-445 e ES-456) e a rodovia federal BR-101, as quais interligam Aracruz aos municípios limítrofes (Fundão, Ibiracú, João Neiva e Linhares). A BR-101 e a ES-010 ligam Aracruz à região metropolitana da Grande Vitória, distando apenas 83Km da capital capixaba.

Aracruz possui uma extensa faixa litorânea, habitualmente pouco populosa, porém com acentuada mudança na época de veraneio e festas carnavalescas. Ao norte do litoral, há a presença de um porto de águas profundas e de diversas empresas em sua proximidade, sobretudo no distrito da Barra do Riacho, havendo no local grande sazonalidade de trabalhadores e até de estrangeiros. Essas características geográficas de Aracruz somadas com outras informações quantitativas e qualitativas nos levaram a algumas considerações:

- Aracruz está muito próxima das áreas mais violentas do estado, ou seja, ao sul o município da Serra, Vitória, Cariacica e Vila Velha, ao norte o município de Linhares e a oeste Colatina. Consequentemente, podemos analisar que a prosperidade de Aracruz-ES e a proximidade a estes centros faz com que Aracruz-ES se torne um alvo interessante para o cometimento de crime e para o estabelecimento de infratores;
- conforme relato do Delegado de Polícia da Comarca de Aracruz, Dr. Leandro Barboza Moraes, os grandes vazios demográficos, o baixo efetivo da polícia nestes locais e as várias áreas sem cobertura de telefonia celular, faz com que estas regiões potencialmente se tornem local de esconderijo para infratores da lei, assim como local de cometimento de crimes e rota de fuga;
- utilizando-se da observação direta e relato policial, as áreas de porto e de sazonalidade de operários provocam o surgimento de bolsões de prostituição (como o caso da Barra do Riacho), que por sua vez fatidicamente traz a cabo o tráfico de drogas e a violência que lhe é peculiar.

Os dados coletados demonstram que as zonas não atingidas suficientemente pelas políticas públicas, geram o isolamento daquela comunidade. Por estarem isoladas e por serem locais de conflito, grupos criminosos criam sua área de domínio e se aproveitam de locais propícios ao crime, como áreas com pouca iluminação, terrenos baldios, edificações abandonadas, praças depredadas, bares, prostíbulos e tantos outros, ameaçando a população e impondo a ordem do medo. A situação se amplia quando as ações criminosas e a violência superam os limites do isolamento e se espalha aos outros bairros mais estruturados, maximizando a sensação de insegurança.

As informações são tão convergentes que os principais locais de risco de Aracruz-ES, pontuados pela Polícia Militar possuem em comum as características já citadas. São alguns destes pontos: Bairro Santa Luzia, Segatto, Clemente, Guanabara, Morobá, Planalto e o distrito da Barra do Riacho. Estes pontos de risco e conflitos irradiam violência por toda Aracruz-ES.

Percebe-se assim que enquanto a violência ficava restrita aos bairros mais pobres, criava-se uma falsa sensação de segurança, pois tinha como base a avaliação de uma classe alheia a este fenômeno, mas quando a violência se irradiou destes pontos, hipocritamente o crime se tornou um problema do coletivo. O Instituto Jones dos Santos Neves (2011) identificou que a população de Aracruz é prioritariamente jovem, ou seja, média de 26-28 anos, sendo abaixo da média estadual, que por sua vez é de 32-34 anos. Em entrevista com a funcionária da Secretaria Municipal de Educação, Teresa Pirchiner, a mesma aponta com firmeza que o grupo de risco é formado por adolescentes e jovens, com faixa etária entre 10 e 17 anos, que em virtude das famílias desestruturadas, abandono, fragilidade da lei, vivendo em ambientes com ausência de limites e cidadania, desde cedo se acomunam a grupos criminosos e se entregam à vida delituosa.

O Soldado Paulo Sérgio Bispo, integrante da Polícia Militar, com 14 anos de Aracruz na área de segurança pública, informa que dados estatísticos do 5ºBPM e a prática operacional diária demonstram que o grupo de risco é composto sem dúvida pelos adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 17 anos. Existe, no entanto, uma ampliação da participação dos adolescentes, assediados por grupos criminosos para a prática de delitos, com vistas a se aproveitarem dos benefícios da menoridade penal e fragilidade na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sobre este grupo identificado, pesa uma constatação presente em fontes locais, confirmados na entrevista com a servidora municipal Teresa Pirchiner e o Soldado Paulo da Polícia Militar: não há políticas públicas que possam dar aos adolescentes e jovens ocupações no tempo fora da escola, como lazer e cultura. No lazer, Aracruz se limita a esparsas praças com algumas quadras esportivas (muitas delas abandonadas), sendo ausente a presença de programas sólidos de incentivo ao esporte. Na cultura, o que se percebe é a valorização da mesma somente em grandes eventos, como o Carnaval e Festa do Município, geralmente regadas a shows e álcool. Enfim, quando o assunto é o público alvo, geralmente os eventos não alcançam aos que mais precisam da socialização cultural, ou seja, são brevemente temporários, superficiais e desfocados.

Fortalecendo tais constatações, a observação direta do pesquisador no município apontou a grande presença de adolescentes e jovens ociosos pelas ruas, sobretudo nos bairros mais carentes, desprovidos do cuidado familiar, sendo ensinados pelas duras experiências da rua, sem compromisso com a escola ou igreja, sem opções de lazer, envolvidos precocemente a experiências sexuais, álcool, cigarro, drogas e até armas de fogo, carentes de exemplos em suas casas, pois os pais são adúlteros, alcoólatras e os tios drogados e ex-presidiários. Quanto ao posicionamento do restante da população, até mesmo de muitas famílias e professores, fica uma impressão de conformidade e isolamento, de que ninguém pode com eles, que nossos adolescentes e jovens são um caso de polícia.

A SENASP (Ministério da Justiça, 2005) em sua política de segurança pública, traz como ação essencial ao tratamento da violência a humanização do trânsito, haja vista as terríveis taxas de mortalidade do Brasil, dos estados e seus municípios. Avaliações estatísticas do trânsito de Aracruz, disponibilizadas no site do Instituto Jones dos Santos Neves (2011), demonstra um crescimento de mais de 50% da frota de veículos entre 2001 e 2009. Quanto à taxa de acidentes, é considerada “média” se comparada aos grandes centros urbanos, porém alta se comparada ao seu porte populacional.

Em entrevista com a Polícia Militar, o Sargento Adilton Rangel Nascimento, chefe da Seção de Trânsito, com 14 anos de experiência em Aracruz, afirma que Aracruz possui um trânsito muito violento, “[...] são muitos registros de ocorrências com e sem vítimas [...]”. Afirma ainda que o motivo desta marca negativa é o aumento da frota (sobretudo de motocicletas), falta de respeito com o semelhante e deficiência na estrutura viária.

Da mesma forma, por intermédio da observação direta, pode-se observar que Aracruz possui uma boa sinalização de trânsito no Centro, porém quase que totalmente ausente em outros bairros, sobretudo em locais críticos, como escolas, postos de saúde e hospitais, limitando-se a algumas dezenas de incômodas lombadas. Quanto à pavimentação, possui uma boa estrutura asfáltica e calçamento de concreto em quase todo o município, porém em virtude da falta de planejamento das administrações anteriores, Aracruz se desenvolveu em meio a ruas e calçadas apertadas, gerando intensos conflitos entre pedestres, motociclistas e automóveis, resultando em acidentes. Nenhuma outra característica, porém, foi tão marcante como a falta de respeito ao próximo, o desrespeito às leis de trânsito (excesso de velocidade, estacionamento irregular, falta do cinto de segurança e uso do celular), e abuso dos motociclistas. Este conflito entre atores do trânsito parece ser algo impregnado na cultura local, demonstrando uma tolerância maligna à violência do dia-a-dia.

O fenômeno violência em Aracruz-ES e a percepção da população

Após a descrição do diagnóstico objetivo do município de Aracruz, foi abordado outro aspecto essencial, levantado por intermédio de questionário: a percepção da sociedade sobre a violência em Aracruz. Esta percepção foi comparada com as informações objetivas das estatísticas e dados documentais, de forma que se pudesse traçar se há uma convergência ou divergência entre elas.

Foram realizadas 52 entrevistas em forma de questionário objetivo com cidadãos com mais de cinco anos de residência em Aracruz. Da mesma forma, para uma avaliação mais qualitativa, foram realizadas três entrevistas com profissionais de ampla experiência de vida profissional em Aracruz, sendo dois servidores públicos da Polícia Militar e uma servidora pública da Secretaria Municipal de Educação de Aracruz.

O questionário objetivo aplicado à população visava a medição da percepção da violência no município de Aracruz nos últimos 5 anos, tal como identificar de forma superficial, na opinião da sociedade, quais seriam os motivadores da violência em seu município. Conforme a tabulação realizada, 60% dos entrevistados eram homens, sendo aproximadamente 60% adultos e 40% jovens. Ao se perguntar sobre a violência em Aracruz nos últimos 5 anos, houve uma quase unanimidade no sentido de que a violência aumentou (96% dos entrevistados). Ao se perguntar sobre a graduação da violência hoje, a soma dos entrevistados que consideram Aracruz “muito violento” e “extremamente violento” equivale a 46% dos entrevistados, enquanto o restante ficou dividido em “razoavelmente violento” (21%), “violência dentro dos índices normais” (23%) e “pouco violento” (9,6%).

Embora o reduzido número de entrevistados possa criar uma margem de erro considerável, como a intensão era apenas trazer um estudo exploratório, o resultado do questionário comprova as estatísticas e demais levantamentos da pesquisa. Não obstante mostra que para a sociedade o aumento da violência é um fato, considerado real e nocivo para boa parcela dessa.

Quanto ao segundo bloco, na avaliação dos motivadores da violência em Aracruz, foram dispostas nove proposições, os quais deveriam ser colocados em ordem de prioridade, de 1 a 9, os aspectos que mais motivam a violência em Aracruz. Após a tabulação de tais informações, percebeu-se um grande equilíbrio entre os motivadores, não havendo nenhum destaque para mais ou para menos. A diferença entre o primeiro e o último motivador foi de apenas 20%:

- 1º - Falta de cultura e de estudo da população;
- 2º - Excesso de armas ilegais em circulação;
- 3º - Banalização da violência;
- 4º - Banalização do uso de drogas;
- 5º - Desigualdade social e econômica;
- 6º - Inoperância das polícias;
- 7º - Crescimento populacional e econômico vivido nos últimos anos;
- 8º - Falta de políticas públicas municipais e estaduais para o bem estar social;
- 9º - Impunidade.

Pelo grande equilíbrio dos motivadores, não é pertinente destacar o “pódio” desses, porém algumas observações podem ser feitas. Segundo a população, pode-se dizer que a violência é oriunda de uma conjuntura e não de um ou outro aspecto em específico; que há ausência de programas mais sólidos de cunho cultural e educacional por parte da gestão pública local; que mesmo com a campanha do desarmamento, o acesso e a presença de armas no ceio da sociedade é uma realidade; que em detrimento à prosperidade econômica do município, a desigualdade social existe; que a violência tem sido a forma de se resolver conflitos, haja vista sua banalização.

Outro aspecto apontado nos resultados da pesquisa, tendo em vista os grandes problemas oriundos do tráfico de drogas (homicídios, roubos, assaltos, sequestros, agressões, ...) tão noticiados na mídia e comprovados nas estatísticas, foi a proposição “Banalização do uso de drogas”, ela foi apenas o 4º motivador, mostrando que apesar de tudo a população ainda é tolerante com o fenômeno das drogas, entendendo que o uso pouco tem a ver com o tráfico.

Na entrevista semiestruturada realizada com a servidora municipal da área da educação, Teresa Pirchiner, ao relatar sobre sua percepção da violência em Aracruz, a mesma expressou que a situação é gravíssima, motivada pelos vícios, pelas drogas, pelos desvios sociais e pela estratégia errônea do poder público nas políticas de segurança e bem estar social, refletindo duramente nas escolas, trazendo medo e problemas no processo da educação.

Da mesma forma foi realizada entrevista com o soldado da polícia militar, Paulo Sérgio Bispo, que afirmou que a violência em Aracruz é preocupante, oriunda de um processo que vem se erguendo a algum tempo. O problema começa nas famílias desestruturadas, na desocupação dos adolescentes e jovens, na ausência do poder público, na falta de acesso à cultura, no fácil acesso às drogas lícitas e ilícitas e na proliferação de bares em áreas carentes. Não obstante, Aracruz tem sido conhecida pelo número de homicídios, mas a realidade é que os homicídios e a maioria dos crimes cometidos tem ligação direta com o uso e o tráfico de drogas, por isso afirmou que o grande problema de Aracruz hoje é o tráfico de drogas e a imensidão de usuários que o alimenta.

Algumas ações implementadas pela Prefeitura Municipal de Aracruz

Tendo como base as orientações da SENASP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005) e estudos de doutrinadores sobre o assunto prevenção do crime e da violência, todos já citados no referencial teórico, foi realizado um diagnóstico tendo como base uma pesquisa documental e observação direta sobre algumas ações já implementadas pela Prefeitura Municipal de Aracruz e outras com viabilidade de implantação.

Os aspectos para prevenção do crime e a violência analisados foram:

- Existência de diagnóstico, pesquisa e planejamento na área de segurança;
- Existência de geoprocessamento;
- Reforma da administração para gestão em segurança;
- Nível de participação da sociedade nas discussões e decisões na área de segurança;
- Estabelecimento da Guarda Municipal;
- Identificação e trabalho sobre os grupos de risco;
- Políticas públicas com foco no desenvolvimento do social (educação, cultura, lazer), sobretudo nos grupos de risco;
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais, tal como com a sociedade organizada e organizações privadas afins;
- Videomonitoramento;
- Ações preventivas de infraestrutura e urbanização, sobretudo nas áreas de risco, para fortalecimento do coletivo.

Embora o diagnóstico tenha críticas às administrações públicas que se sucederam em Aracruz, é fato que o crime e a violência é pauta constante de discussões, reuniões, entrevistas, mobilizações e ações da prefeitura, haja vista também sofrer com as consequências desses.

Ao se tratar, portanto, do assunto prevenção, verifica-se várias ações em estágio interessante de discussão no município. É o caso da implantação da Guarda Municipal e do videomonitoramento, que há anos vem sendo debatido (reuniões, visitas, simpósios) e analisado a viabilidade de sua instalação e uso, utilizando-se para isso a absorção de experiências bem sucedidas, como o videomonitoramento de Vila Velha-ES. Tais

ferramentas, sobretudo o videomonitoramento, possuem o apoio da população e do comércio local, principal beneficiário. Estes recursos de prevenção, no entanto, são sobremaneira dispendiosos sob o ponto de vista econômico, legal e estrutural, e ineficazes se implantados sem critério técnico, compromisso e responsabilidade com a missão fim.

Outra ferramenta já existente em Aracruz-ES, mas em subutilização, é o geoprocessamento, uma ferramenta a disposição do município há anos mas ainda focada ao controle fiscal (IPTU) e ocupacional. Por possuir um banco de dados relativamente ilimitado, há informações de projetos para ampliação de uso para outras áreas importantes, como controle de epidemias, zoonoses, ocupação habitacional, censo e outros. O software do geoprocessamento foi liberado para o uso das instituições estaduais de segurança pública e justiça, porém pela falta de melhor entrosamento, tem sido relegada a uma ferramenta mais específica de visualização espacial que de produção de informação mediante a inserção de dados, como por exemplo, crimes.

Outro caso de ferramenta em subutilização tem sido o Conselho Interativo de Segurança, também criado há anos, ao invés de um instrumento para a comunitarização dos assuntos de segurança pública, da população junto às instituições públicas e privadas afins, têm servido essencialmente de captador e repassador de verbas de cunho assistencialistas às polícias locais, realizando conserto de viaturas, compra de equipamentos e outros, ficando em prejuízo o uso do conselho como órgão eficaz de interação entre a sociedade e as instituições públicas envolvidas na segurança pública.

Quanto à produção de diagnóstico, produção de políticas públicas, identificação de grupos de risco e infraestrutura, verifica-se que a administração local, embora se preocupe, tem limitado seu importante papel na segurança pública, relegando a responsabilidade às polícias (Militar e Civil), ou seja, o assunto segurança tem sido tratado isoladamente, ao invés de ser considerado como também consequência de outras ações preventivas.

Por fim, em relação à existência de um órgão integrante à prefeitura, para a gestão da segurança, verificou-se com destaque a presença do Gabinete de Gestão Integrada, formado por representantes da Prefeitura, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da sociedade civil organizada, do comércio e outros convidados, os quais se reúnem uma vez por mês, mostrando crescente entrosamento entre seus componentes e grande esforço para efetivação de políticas públicas na área da Segurança Pública.

Conclusão

Traçar um perfil sobre a violência no Brasil parece tão fácil como falar de política e futebol, por se tratar de um assunto do dia-a-dia de cada cidadão, mas conseguir transpor a barreira da teoria para a prática é uma tarefa árdua e pontual. Pontual porque o crime e a violência não se manifestam da mesma forma. Cada município possui uma história, uma geografia, um tipo de população, e uma gestão pública diferenciada.

O que se observou através da pesquisa, é que estamos vivendo um momento de transição quando o assunto é segurança pública, pois a responsabilidade histórica do governo estadual tem sido descentralizada a quem mais conhece seus problemas: o município. Isto não é privatização, terceirização e muito menos municipalização da segurança, é a descoberta que muitos países já tiveram, que não se vence a guerra da segurança pública sozinho. O momento é de parceria, é a comunidade unida com o poder público municipal, estadual e federal, cada um fazendo sua parte e assumindo seus erros. O momento é de interatividade e multidisciplinaridade, aproveitando-se o conhecimento do soldado ao sociólogo, do gari ao estrategista.

Essa pesquisa mostrou que Aracruz-ES vive um momento ímpar em sua economia, com dinamismo administrativo e com bom planejamento para novos investimentos, porém esta competência não tem sido a mesma para o tratamento de seus problemas sociais. Se o problema não é a falta de dinheiro, então o problema é de planejamento e gestão.

O diagnóstico local e a análise das ações preventivas de segurança realizadas pela administração pública municipal apontou algumas características importantes do município, muitas delas considerados como motivadores do crime e da violência:

- O grupo de risco identificado é formado por adolescentes e jovens, sobretudo os provenientes de famílias carentes, moradores de bairros pobres, que por problemas de formação familiar ficam nas ruas, desocupados, aliciados à prática de delitos;
- O maior problema sob o ponto de vista criminal é o tráfico de drogas, haja vista a banalização do uso de drogas em todas as camadas sociais, mas sobretudo pelo grupo de risco, vindo a se envolver com o tráfico, seja pelo vício, pela dívida ou pela busca de status e poder no grupo. O tráfico de drogas é o grande motivador da maior parte dos crimes em Aracruz, sobretudo os homicídios;
- O porto e a sazonalidade de operários na região da Barra do Riacho tem gerado prostituição, tráfico de drogas, fato que pode se agravar criticamente com a vinda das grandes indústrias previstas, potencializando a irradiação da violência em Aracruz;
- A migração de famílias em busca de emprego, maximizado pela previsão da abertura de 15 mil novas vagas de postos de trabalho, somado com a falta de estrutura básica (saúde, habitação, educação e outros) criam um cenário crítico de expectativa de violência;
- A proximidade de Aracruz a grandes centros de violência e tráfico de drogas (Grande Vitória, Colatina e Linhares) potencializam o crescimento da violência local;
- Há a existência de vários bairros com preocupante índice de favelização, e consequentemente com baixa urbanização, iluminação deficiente, edificações abandonadas, residências precárias, sem serviços essenciais, proliferação de bares informais, álcool, prostituição e outros, servindo como gerador de conflitos e violência;
- A falta de ocupação dos adolescentes e jovens, assim como a falta de programas permanentes de lazer e cultura a estes, potencializam seu ingresso às drogas e ao crime;
- Revitalização e criação de novos espaços públicos como forma de promover a cidadania e a vida em sociedade por intermédio do lazer e da cultura;
- A desobediência às leis e a falta de respeito ao próximo tornam o trânsito violento.

Este diagnóstico abrange problemas dos mais diversos tipos e de competência das mais diversas esferas de governo, por isso levantamos novamente o questionamento inicial: qual o papel da Prefeitura Municipal de Aracruz na segurança pública local?

O diagnóstico local e a análise das ações preventivas de segurança realizadas pela administração pública municipal apontou que o município tem se preocupado com a segurança pública, tem realizado palestras, conferências e momentos de discussões, tem aplicado seu orçamento em importantes projetos, como videomonitoramento, porém tem falhado em algumas lições de casa, como:

- a construção de um efetivo e multidisciplinar diagnóstico da violência local;
- construção de um planejamento estratégico visando ações de segurança pública local, sobretudo diante dos cenários de crescimento econômico e populacional;
- produção de políticas públicas na área da educação, cultura, infraestrutura e lazer com foco nos grupos de risco e locais de risco;
- melhoria das parcerias públicas e privadas, com vista na ampliação das ações preventivas de Segurança Pública; e
- efetivação dos órgãos de segurança local (Exemplo: Conselho Interativo).

São ações como estas que se espera do município, atitudes preventivas, mais econômicas e eficazes que a repressão, ações que desenvolve a cidade e promove a cidadania. Quando estas ações não forem suficientes, a esfera de responsabilidade sairá da administração local, sendo realocada para o estado e até para o governo federal, quando necessário.

Referências

- Abramovay, M., & Pinheiro, L. C. (2003). *Violência e vulnerabilidade social*. In: Fraerman, A. *Inclusión Social y Desarrollo. Presente y futuro de la comunidade Ibero Americana*. Madri: Comunica.
- Adorno, S. (1998). *O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação*. In: Pinheiro, Paulo Sérgio. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Aracruz: uma nova Macaé pode surgir no estado. *A Gazeta*. Vitória, 11 Jun. 2011.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Chauí, M. (1999). *Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível*. In: Folha de São Paulo, 14 de março.
- Chesnaïs, J. C. (1981). *Histoire de la violence*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- Coelho, S. R. de F. (2011). *Municipalização ou descentralização da segurança*. Recuperado em 08 de setembro, 2011, de <<http://www2.forumseguranca.org.br/rode/21837>>.
- Instituto Jones dos Santos Neves. (2011). Recuperado em 08 de setembro, 2011, de <<http://www.ijsn.es.gov.br>>.
- Kelling, G., & Wilson, J. (1989). Making neighborhoods safe. *Atlantic Monthly*. vol. 263, n. 2, p. 46-52.
- Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). *Videomonitoramento*. Recuperado em 05 de julho, 2010, de <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/projetos/main.asp>>.
- Fernandes, N., & Fernandes, V. (2002). *Criminologia integrada*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.
- Ministério da Justiça. (2005). *Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios*. Brasília: SENASP.
- Prefeitura Municipal de Aracruz. A cidade. Recuperado em 01 de setembro, 2011, de <<http://www.pma.es.gov.br/conteúdo/a-cidade/>>.
- Rua, M. das G. (2009). *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, [Brasília]: CAPES:UAB.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso, planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo: Bookman.
- Waiselfisz, J. J. (2011). *Mapa da violência 2011 – os jovens do Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Wieviorka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Revista de Sociologia*. USP. São Paulo. vol. 9, n.1, p. 5-41, mai.